

CATEGORIZAÇÃO GRAMATICAL E LEXICAL DO NOME EM DESCRIÇÕES DO TUPINAMBÁ E DO GUARANI DOS SÉCULOS XVI E XVII

Luciana Gimenes*

Resumo: Este trabalho tem como pano de fundo a hipótese de que, na fronteira entre os domínios da gramática e do léxico, existe uma zona turva. Corroborar essa hipótese o tratamento irregular dispensado às categorias gênero e número, em gramáticas e vocabulários do tupinambá e do guarani produzidos por missionários jesuítas nos séculos XVI e XVII.

Palavras-chave: Historiografia da lingüística; tupinambá, guarani.

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA TEÓRICO

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla que visou mapear o tratamento de diferentes categorias gramaticais na descrição das classes nome e verbo, tal como realizado em gramáticas e vocabulários do tupinambá e do guarani confeccionados por missionários jesuítas nos séculos XVI e XVII.

O trabalho discute um problema teórico que faz parte das reflexões epistemológicas sobre a ciência da linguagem, ainda nos dias de hoje – os limites entre os domínios do léxico e da gramática. Em outras palavras, que fenômenos lingüísticos constituem fatos gramaticais, e que fatos lingüísticos são problemas relativos ao léxico, portanto não passíveis de sistematização.

Por uma questão de espaço, não será possível discutir amplamente o problema da indefinição dos limites entre léxico e gramática tal como se coloca hoje. A título de ilustração, cito apenas a polêmica em torno da proposta de Geor-

* Professora da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). E-mail: lugimene@uol.com.br.

ge Lakoff (1987), segundo a qual todas as categorias da língua – não só as lexicais, mas igualmente as gramaticais –, em sua origem, são forjadas a partir de uma classificação do mundo extralingüístico. Para fundamentar suas idéias, Lakoff apresenta uma análise da língua aborígene australiana dyirbal. Nessa língua, segundo a análise apresentada, os determinantes funcionam como classificadores. Assim, por exemplo, há uma classe de nomes que devem ser precedidos por um certo determinante – *balan*. Pertencem a essa classe palavras que possuem determinados traços de significado: designam armas, animais perigosos, mulheres e tudo o que tem relação com a água, o fogo e o sol – daí o curioso título do livro de Lakoff (1987): *Women, fire and dangerous things* [*Fogo, mulheres e coisas perigosas*]. Segundo o autor, o sistema de emprego dos determinantes do dyirbal obedece, portanto, a uma classificação dos nomes em razão de certos traços semânticos.

Como contraponto às idéias de Lakoff, remeto à crítica de Humberto Eco (1999) à proposta do autor. Eco duvida de que certas categorias gramaticais tenham qualquer relação com a realidade extralingüística – diz que não há relação semântica, por exemplo, entre gênero gramatical e sexo, e para ilustrar seu argumento cita o caso dos artigos do italiano e do alemão, para os quais seria absurdo, segundo ele, atribuir qualquer efeito categorial.

Com a referência feita antes, procurei apenas ilustrar o debate em torno da questão das fronteiras entre léxico e gramática, e mostrar que ela ainda é, em nossos dias, uma questão em aberto.

DESCRIÇÃO GRAMATICAL *versus* DESCRIÇÃO LEXICAL EM GRAMÁTICAS E VOCABULÁRIOS DO TUPINAMBÁ E DO GUARANI DOS SÉCULOS XVI E XVII

Se é verdade que, mesmo hoje, não há consenso sobre a linha que separa os domínios do léxico e da gramática, é de supor que tal questão fosse também um problema para os missionários que trabalharam na descrição das línguas do Novo Mundo. O fato de que esses autores tenham deparado com línguas que organizam as categorias gramaticais de forma distinta do latim e das línguas européias sugere que eles tenham enfrentado dificuldades para apreender a categorização gramatical e lexical dessas línguas; ou, ao menos, para “distribuir” as categorias gramaticais entre as classes de palavras, segundo o modelo gramatical de que dispunham. Por exemplo, no tupinambá e no guarani, a classe morfológica que os europeus identificaram e descreveram como verbo não contempla a categoria tempo. Já a classe dos nomes, sim. Fatos como esse obrigaram os descritores a reverem suas concepções metalingüísticas, o que produziu diferentes soluções descritivas. Sendo assim, o estudo dos materiais produzidos nos primeiros séculos das Missões no Novo Mundo pode lançar luz sobre o problema de como os “lingüistas” vêm lidando, ao longo do tempo, com os limites e as intersecções entre os domínios do léxico e da gramática. Tendo em vista, portanto, uma pergunta teórica geral – quais fatos de língua são fatos gramaticais e quais são lexicais –, busquei explicitar como certos fenômenos, a saber, as categorias de gênero e número, foram tratados nas descrições sob análise.

Constituem os materiais de análise dessa pesquisa três gramáticas – duas do tupinambá – a *Arte de gramática da língua mais usada na Costa do Brasil* (ANCHIETA, 1990) e a *Arte da língua brasílica* (FIGUEIRA, 1621); e uma do gua-

rani antigo *Arte de la lengua fuarani* (MONTROYA 1994). Integram o *corpus*, ainda, três obras lexicográficas: o *Vocabulário na língua brasílica*, português/tupinambá (ANÔNIMO 1952-1953 (séc. XVI/XVII), daqui em diante *VLB*; o *Bocabulario de la Lengua Guarani* (MONTROYA, 1640), espanhol/guarani, a que chamaremos *BLG*; e o *Tesoro de la lengua guarani* (MONTROYA, 1876), guarani-espanhol, que será citado como *TLG*¹.

A pergunta mais geral que orientou este estudo diz respeito, como já foi dito, aos modos de classificação dos fenômenos lingüísticos nos domínios do léxico ou da gramática. Uma vez que não se encontram, nos materiais analisados, reflexões formalizadas sobre o problema teórico que aqui nos interessa, procurou-se observar como os autores estudados lidaram, de forma prática, com essas questões.

Buscou-se, então, nos materiais analisados, mapear os “lugares” em que foram descritos certos fenômenos. Isto é, procurou-se determinar se os gramáticos e lexicógrafos estudados descreveram certos fatos nos espaços destinados à descrição do léxico, ou nos espaços destinados à descrição da gramática. Por “espaço” entendeu-se aqui não só o formato de descrição – as artes de gramática para os fatos gramaticais, e os vocabulários para os fatos lexicais –, mas também o nível lingüístico de descrição – nível do vocábulo para descrição lexical; nível sintático, relacional, para a descrição gramatical.

A análise do *corpus* procurou, então, determinar o tipo de tratamento dispensado às categorias gênero e número: se foi um tratamento gramatical, entendido aqui como uma abordagem relacional – ou seja, se os autores caracterizaram os fenômenos lingüísticos/as unidades lingüísticas descritas com base nas suas relações sintagmáticas, tratadas em nível de sintagma, ou maior, frástico e/ou textual. Ou, se, diferentemente, os fatos lingüísticos foram descritos somente nos limites do vocábulo – ou melhor dizendo, nos limites de uma unidade de análise, e não no âmbito de suas relações, e apresentados no formato de paradigma, sem recorrência a “ferramentas” sintáticas para dar conta do objeto, o que foi compreendido aqui como um tratamento lexical.

O QUE CABE AOS GRAMÁTICOS E O QUE CABE AOS LEXICÓGRAFOS

Como dissemos, as línguas indígenas que foram objeto de descrição por nossos autores não possuem marca morfológica de número, nem gênero gramatical. Pode-se pensar que tais informações deveriam ser abordadas, em princípio, nas descrições lingüísticas confeccionadas no formato de gramática. Observamos, porém, nos materiais analisados, que essas características das línguas indígenas foram registradas também nas descrições lexicográficas. Nesses materiais não consta, explicitamente, que a língua indígena não conhece marca de número nem gênero gramatical. Porém, os vocabulários dão notícia dessas informações na medida em que fazem corresponder, nas traduções realizadas, formas das línguas portuguesa e espanhola no singular e plural, bem como flexionadas no masculino e no feminino, a uma única forma nas línguas indíge-

1 Dificulta a referência à obra de Montoya o fato de que a gramática, o vocabulário e o tesouro foram publicados ora em conjunto, ora separados. No texto deste artigo, citamos os títulos separadamente: *Arte*, *Bocabulario* e *Tesoro*, a bem da clareza. Nas referências bibliográficas constam os títulos das edições que foram utilizadas.

nas, de modo a neutralizar a oposição de gênero e número nessas línguas. Ou seja, é a relação de correspondência estabelecida na tradução que permite observar o tratamento que os autores imprimiram à questão singular/plural, masculino/feminino. Nesse sentido, observem-se os seguintes exemplos:

Abraço, ou abraços. – Nhoanhubãna. (*VLB*, v. I, p. 18, grifo nosso)

Alho, ou alhos. – Ibarêma. (*VLB*, v. I, p. 32, grifo nosso)

Miolo, ou miolos da cabeça. – Aputuuma. (*VLB*, v. II, p. 37, grifo nosso)

Essa estrutura de entrada não ocorre de forma homogênea no conjunto do *VLB*, mas somente em alguns verbetes. Não sabemos por que apenas determinados verbetes tangenciaram as questões de gênero e número. No caso do número, não é impossível que se trate de alguma idiossincrasia do português de então, em que houvesse hesitação quanto ao emprego das formas acima no singular ou plural, como se dá hoje com os pares sapato/sapatos, calça/calças, cabelo/cabelos, por exemplo.

Vejam alguns verbetes que sugerem ausência de marca de gênero na língua indígena:

Aio, ayo ou Aya. – Cerecoara. (*VLB*, v. I, p. 28, grifo meu) (aqui também há uma questão de ortografia)

Alcouiteiro, ou alcouiteira. – Manhãna. (*VLB*, v. I, p. 30, grifo nosso)

Outros casos nos quais o gênero é lingüisticamente marcado foram também registrados:

Esclaua. Tapii pê.

Esclauo. Tembi aihú. (*BLG*, 1994[1640], p. 361, grifo nosso)

Note-se, porém, que nesses exemplos a categoria gênero marca diferenciação sexual – extralingüística. Isto é, não se trata de registrar variantes em que muda simplesmente o gênero gramatical, como as encontráveis no português do Brasil atual, nos pares o dó/ a dó, a alface/ o alface. Em outras palavras, trata-se de descrever como a língua indígena diferencia o sexo (categorização lexical ou conceptual), e não de como essa língua marca gênero (categorização gramatical). Nas línguas românicas, essa diferenciação pode ser não-marcada (a testemunha); pode se marcar no nível morfossintático, por flexão (menina – menino); no nível sintático, por concordância (a dentista – o dentista); ou também pode ser expressa por meio de vocábulos distintos para designar indivíduos do sexo feminino ou masculino (mulher – homem). A marcação do sexo nas línguas-objeto das obras aqui estudadas, conforme os exemplos citados, se dá por meio do último mecanismo.

Outro modo pelo qual a diferenciação sexual se manifesta na língua indígena, como observado pelos descritores, é na restrição do uso de certas formas pelas lingüísticas pelas mulheres ou pelos homens.

Ai, aduerb. dolentis, ou interiectio. – Acai. Acaigoay. **A femea diz Aque.** Acaigoay. Acaigui.

Ai, Aduerbio do q. se espanta com algum subito temor. – Acay. **E a fêmea Aquê.** (VLB, v. I, p. 27, grifo nosso)
 Não ha isso de ser assi, fazendo fero. Eriaan. Eriaãheguig. **He somente de homens.** (VLB, v. II, p. 46, grifo nosso)

Nas páginas das gramáticas examinadas encontramos explicações sobre sistema de marcação de número nas línguas indígenas descritas, mas nenhum comentário sobre a ausência de gênero gramatical.

Como já se disse, não existe flexão de número nessas línguas, elas dispõem, porém, de mecanismos para enfatizar a quantidade, quando é o caso. Anchieta nos explica, na citação a seguir, que o plural se depreende do contexto, ou pelo acréscimo de certos nomes cujo significado manifesta plural. Ainda que o autor se refira a mais de um nome, ele registra apenas um: *cetá* (traduzido como muitos “todos, tantos, quantos, muitos”) que passa a *etá* quando em composição:

O plural se entende pello que se trata, ou tambem acrecentandolhe algūs nomes, que significão multidão, como, todos, tantos, quantos, muitos, &c. E este ultimo he o vsado pera isto que he cetá, & detracto, c. etá, vt abâ, homê, ou homês, abâeta, homês, oca, casa, l. casas, ôcetâ, casas (ANCHIETA, 1990, p. 38, grifo nosso).

Ainda que Anchieta se refira a essa forma lingüística como “nome” – o que, conforme a tradição gramatical, nos faria pensar em uma forma livre –, nos exemplos que apresenta, tal nome aparece em “composição” com os outros nomes, cujo plural indica. Sendo assim, a marcação de plural se dá no nível morfossintático, e não sintático, como no metamodelo. A relação que se estabelece entre os morfemas, porém, é de “composição” (aglutinação), e não de flexão, como prevê o modelo gramatical latino.

O plural se depreende, então, pelo contexto, e por meio de certos nomes. Figueira, conforme veremos adiante, apresenta os numerais como alternativa para marcação de plural. Registra, também, como Anchieta, que a língua brasilica não tem marca de número; explica que o contexto permite depreender a quantidade, e que há adjetivos que distinguem o número:

Os nomes nesta lingua, cõmunmente, não tem distincão de numeros, singular, & plural[sic]; nem tambem de casos; mas a mesma voz serue em ambos os numeros, & em todos os casos. v.g. Oca, casa, ou casas: Apyaba, homê, ou homês.

Os numeros porem se distinguem cõ algūs nomes adjectiuos, que seruem somente de singular, ou de plural: ou não auendo estes, se entende do modo de falar (FIGUEIRA, 1621, p. 3, grifo nosso).

Logo Figueira (1621, p. 3) esclarece que os adjetivos que servem só ou ao singular, ou o plural são os numerais: “Os nomes adjectiuos, que significão cousas singulares, ou do plural somente, são numerais: & os que não são numerais, não tem distincão de plural & singular”.

Ele lista então os numerais do singular e do plural. Na verdade, Figueira não registra somente o que a gramática classifica como numerais, mas também diversas formas lingüísticas que de alguma maneira se relacionam à noção de número, tais como aquelas classificadas como pronomes indefinidos.

Montoya (1994 – Arte, p. 2.), analogamente, informa que a língua guarani não tem “notas distintas” de singular e plural. Os recursos para marcar o nú-

mero são: uma partícula (*hetá*) e também os “nomes numerais”: “*El singular, y plural son de vna misma manera, y porque este no tiene distintas notas del singular: vsan de la particula (Hetá.) que dize muchos, ó de los nombres numerales, que se ponen en el capitulo tercero*” (grifo nosso).

Se compararmos a metalinguagem de Anchieta, Figueira e Montoya, veremos que o primeiro fala em nomes que marcam número, e o segundo, em adjetivos. Até aqui, a diferença de metalinguagem não é significativa, dada a proximidade dos conceitos de nome substantivo e nome adjetivo. Porém, o terceiro fala não em nomes, e sim em partículas. Essa distinção nos interessa mais, já que poderíamos entender que os descritores do Tupinambá viram a questão no domínio das relações sintáticas, e Montoya, diferentemente, em nível morfossintático. Quando, porém, observamos os exemplos que Anchieta e Figueira apresentam, vemos que a marca de número se dá, muitas vezes, nas “composições”, isto é, também, no âmbito das relações morfossintáticas.

Procuramos também na obra lexicográfica de Montoya as partículas que marcam número. No *Tesoro*, encontramos a forma *hetá* traduzida como *mucho*, que não é uma partícula (um afixo) em espanhol, mas sim, uma forma livre. Isso nos faz considerar que o *status* de partícula ou nome dessa unidade lingüística oscila, na descrição do autor. Observe-se o seguinte verbete do *Tesoro*, em que a forma *hetá* aparece transcrita, na parte da exemplificação e contextos de ocorrência, tanto como forma livre quanto forma presa: “1 Hetá, *Muchos, mucho. Hetá catû, muchos, hartos son. Hetácatuĩ, l. Hetá ceri, l. Hetai, moderadamente son muchos* [...] **Hetátendába** oýmé, *harto lugar, o assiento ay*” (MONTTOYA, 1876, p. 154, grifo do autor, negrito nosso).

Os diferentes contextos de ocorrência de certas unidades lingüísticas, registradas ora como formas presas ora como formas livres, bem como o tratamento do gênero, abordado ao mesmo tempo como categoria gramatical e conceptual, apontam para a zona turva entre gramática e léxico, que buscamos neste trabalho abordar.

CONCLUSÕES

Procurou-se aqui sistematizar diferentes estratégias de tratamento dos fenômenos de marcação de número e o gênero – tratamentos que privilegiaram o nível da palavra ou o nível sintático, e tratamentos em que há um entrelaçamento da categorização gramatical e conceptual. Como vimos, os diferentes autores se utilizaram de expedientes distintos, encontrando soluções descritivas variadas para o mesmo aspecto observado.

Esperamos ter logrado ilustrar que diferentes perspectivas podem configurar um ponto como uma questão sintática ou morfológica, gramatical ou lexical. Evidentemente, tal problema está diretamente ligado ao modelo descritivo – um modelo previsto para a descrição de línguas flexionais deverá, por hipótese, orientar os gramáticos no sentido de um tratamento preferencialmente morfossintático. Quando, porém, esses autores depararam com a realidade das línguas-objeto, que apontava em outras direções, diferentes estratégias descritivas foram utilizadas. A variedade de soluções descritivas que emergem de um contexto no qual os descritores são confrontados com diferenças tipológicas demonstra que as fronteiras entre léxico e gramática não são universais, ou ao menos não são assim percebidas.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Edição facsimilar. Apresentação Prof. Dr. Carlos Drummond, aditamentos Pe. Armando Cardoso, S.J. São Paulo: Loyola, 1990 [1595].

ANÔNIMO. *Vocabulário na língua brasílica*. 2. ed. revista e confrontada com o Ms. Fg., 3144 da Biblioteca Nacional de Lisboa por Carlos Drummond. *Boletim*, n. 137. 1º v. (A-H)/ n. 138. 2º v. (I-Z). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1952/1953 [1938].

ECO, Humberto. *Kant e o ornitorrinco*. Trad. Ana T. B. Vieira. São Paulo: Record, 1999.

FIGUEIRA, Luís. *Arte da língua brasílica*. Lisboa: Manoel da Silva, 1621.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things*. What categories reveal about the mind. Chicago, London: The University of Chicago, 1987.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Vocabulario y Tesoro de la lengua guarani (ó mas bien Tupi)*. Parte segunda: *Tesoro Guarani (ó Tupi) – Espanhol*. Editada por Francisco Py y Margall. Viena, Paris: Faesy y Frick, Maisonneuve y Cia, 1876 [1639].

_____. *Arte y vocabulario de la lengua guarani*. Edição facsimilar, estudo e transcrição de Silvio M. Luizzi. Madrid: Ediciones de Cultura Hispânica/Agencia Española de Cooperación Internacional, 1994 [1640].

GIMENES, L. Lexical and grammatical categorization of the noun in descriptions of tupinambá and guarani from the 16th and 17th centuries. *Todas as Letras* (São Paulo), volume 8, n.1, p. 103-109, 2006.

Abstract: This study deals with the hypothesis that the borderline between the lexical and grammatical domains is not clear. The irregular treatment of the categories of number and gender we found in vocabularies and grammars of Tupinambá and Guarani, written by Jesuit Priests in the 16th and 17th centuries, seems to confirm this hypothesis.

Keywords: Historiography of linguistics; Tupinambá; Guarani.